

CRUZ, Eliana Alves. *Solitária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

Rodrigo Fonte

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | Rio de Janeiro | RJ | BR
r.jill@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0961-4028>

Mosaico documental da escravização contemporânea: *Solitária*, de Eliana Alves Cruz

Ninguém te viu o sentimento inquieto,
Magoado, oculto e aterrador, secreto,
Que o coração te apunhalou no mundo.

Cruz e Sousa – *Vida Obscura*

Encerradas as páginas do romance *Solitária* (2022), é possível que nos venha à lembrança a famosa fotografia, datada de 1860, de uma mulher escravizada, com o rosto marcado por cicatrizes, enlaçada pelo menino branco de nome Augusto Gomes Leal. Sendo agora apenas uma experiência pictórica de um tempo de escravidão, o quadro encena o que se perpetuou na história do Brasil como um código terrível de conduta que (des)organiza a relação patrão e empregado.

No livro em questão, Eliana Alves Cruz evidencia o uso escravocrata do corpo das empregadas domésticas; monta a cena de um trabalho que não liberta. Encontramos, então, Mabel, filha da doméstica Eunice, que ao entrar, ainda criança, no quartinho da área de serviço que compartilharia com a mãe por muitos anos, “um lugar destinado a apartar do mundo e do restante dos viventes” (Cruz, 2022, p. 139), herda a tradição do ser serviçal que crê na conveniência de se manter em um mesmo emprego. E, junto, a naturalização de um lugar periférico na sociedade – o lugar de jovens negros vítimas de uma política social que os mantém na condição de mão de obra pesada e barata produtora de riquezas – das quais estão alijados.

Quando põe no centro da narrativa uma jovem negra que não suporta mais perpetuar um comportamento servil, que projeta para si e para os seus semelhantes um futuro diferente, a autora apresenta, sobretudo, chaves fundamentais para se buscar uma reparação pelos danos causados a toda gente ainda condenada aos interditos, aos guetos.

A trajetória decolonial de Mabel, resumida na constatação de que “não há paz enquanto se habita o tumultuado quarto de despejo – seja ele real, seja metafórico” (Cruz,

2022, p. 158), tem como contraponto não apenas a família a quem serve desde criança, mas, estranhamente, a própria mãe, apegada à impressão de que pertence à família que a explora.

O discurso de Mabel serve para denunciar a ardilosa prática de se produzir classes oprimidas anestesiadas em suas percepções e emoções, formadas por pessoas que, de acordo com o precioso estudo de Darcy Ribeiro, gozam do desígnio histórico de entrar no sistema, marcadas a lutar ininterruptamente pelo rompimento da estrutura de segregação. Para o antropólogo, elas “geralmente estão resignadas com seu destino, apesar da miserabilidade em que vivem, e por sua incapacidade de organizar-se e enfrentar os donos do poder” (Ribeiro, 2015, p. 158).

Nesse sentido, a palavra que dá título ao livro remete à condição de Mabel na sua luta solitária por mais respeito, pela validação da memória de sua ancestralidade. Paralelamente, o título alude ao quarto escuro e claustrofóbico dos presídios onde os encarcerados problemáticos são isolados à guisa de castigo. A “solitária”, em suma, pode significar tanto o quarto da empregada quanto o encurrallamento social dos corpos marginalizados.

É sintomático de uma rachadura na consciência de classe que o título do livro esteja no singular: não representa as duas protagonistas separadamente; tampouco evoca seus conflitos óbvios. Se quisermos ir mais fundo no entendimento da palavra, de acordo com as circunstâncias expostas na narrativa, podemos até entender que Mabel e Eunice são uma só entidade, um desdobramento possível de perfis diferentes do ser oprimido: o que tolera e o que se revolta.

Na parte do livro cuja narração lhe compete, Mabel desenha a si mesma como uma figura arquetípica de luta contra a separação de classes pautada no racismo. É movida pela aversão que sente à constatação de que a mãe paga tributo aos que lhe tutelam e abusam:

Observei a forma paciente como se curvava para pegar as roupas. Era como se, ao estirar os lençóis, as fronhas e as toalhas nos fios longos que formavam uma espécie de teia de uma ponta a outra no nosso quintal, ela fosse também alongando as lembranças e os pensamentos. Ela sempre fazia isso de usar o trabalho doméstico para domar as emoções em ebulação.

Eu, ao contrário, não alongava nada. Estava toda encurtada na paciência. Respiração, fala, pensamentos, tudo entrecortado por um sentimento amargo e represado que transbordava mais que o tanque com roupas de molho (Cruz, 2022, p. 12).

Temos, pois, mediante os relatos de mãe e filha, um mosaico documental da escravidão contemporânea, sem que haja a intenção, por parte da autora, de criar uma obra de todo afastada da realidade. Prova disso é que a estética ficcional como a conhecemos, determinada pelo uso de metáforas, imagens simbólicas e construções frásicas incorporando o poético, parece estar em segundo plano – interessando, em primeiro lugar, o tom orgânico de denúncia numa linguagem sem floreios, com investimento linguístico que se aproxima do antiliterário, atravessado por traços do cotidiano da periferia e tracejado, inclusive, por alguns (necessários) clichês.

Ao nos contar, por exemplo, as vivências do início dos anos 1990 até os anos iniciais da pandemia de COVID-19, esquadrinhando os conflitos constantes contra os maus-tratos dos patrões e as ações (necro)políticas de um recente governo que estimulava a violência de

toda ordem, Mabel e Eunice percorrem a ambiciosa trajetória de quem procura registrar um momento histórico de transição entre o do racismo institucionalizado e o do repudiado.

Lendo uma determinada lembrança de infância de Mabel, em que presencia a amiga da patroa bater no rosto da babá do filho, ou quando Eunice expõe a queda para a morte do filho de uma outra empregada, pela negligência e falta de compaixão da patroa (fato, aliás, inspirado no que aconteceu ao menino Miguel num prédio de luxo do Recife, em 2020), nos deparamos, portanto, com um tipo de literatura que não pretende entreter, mas funcionar como força de resistência.

Sendo a penetrabilidade das emoções um dos principais qualificativos do romance *Solitária*, a incomensurabilidade do seu projeto se dá pela afinação com o que a realidade brasileira do século XXI necessita. Em tempos do espetáculo das banalidades, da pressa geradora de ansiedade, da opção juvenil pela alienação, uma composição como esta reforça a importância de insistirmos numa nova configuração do texto literário. Que ele não esteja interessado no efeito imediato, mas na ressonância que pode provocar na experiência subjetiva do leitor. E que nesse processo de aparente distensão do desempenho formal, ele possa também fortalecer o retorno da função social da literatura.

O que faz Eliana Alves Cruz obter êxito com *Solitária* é, portanto, o entendimento de que o leitor não está mais interessado em ter uma mera impressão de verdade ao ler ficção. Ele quer (e de fato necessita) do mundo retratado – cru, intenso, desconcertante, do jeito que é – num instantâneo ao qual possa recorrer em horas aflitas e solitárias.

Referências

CRUZ, Eliana Alves. *Solitária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RIBEIRO, Darcy. “Classe, cor e preconceito”. In: RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015, p. 157-71.